nominal de 1 250 000\$, pertencente ao sócio Henrique Manuel Nunes Pereira; uma com o valor nominal de 1 250 000\$, pertencente à sócia Maria Elsa Rodrigues de Almeida Pereira; e outra com o valor nominal de 2 500 000\$, pertencente ao sócio Carlos Alberto Marteleira Canoa.

Artigo 5.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo dos sócios, Henrique Manuel Nunes Pereira e Maria Elsa Rodrigues de Almeida Pereira e Carlos Alberto Marteleira Canoa, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária a assinatura de dois gerentes para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos.

O texto actualizado do contrato encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Fevereiro de 2002. — O Conservador Destacado, *José António Dias Pestana*.

3000227240

DICAMAR — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, S. A.

Anúncio n.º 7929-DA/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 16 506-Sintra; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/20010207.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelos artigos constantes do seguinte contrato:

Artigo 1.º

É constituída uma sociedade de comercial anónima, que adopta a denominação de DICAMAR — Importação e Exportação de Produtos Alimentares, S. A., e se regerá pelos presentes estatutos e pelas disposições legais.

Artigo 2.º

1 — A sociedade tem a sede na Rua das Cornadelas, 1, em São João das Lampas, Assafora, 2710 Sintra, podendo ser transferida dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, por simples deliberação da administração.

2 — A sociedade poderá, mediante simples deliberação da administração, constituir, transferir ou extinguir estabelecimentos, bem como sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação, onde e quando os negócios sociais mais convenha, tanto em território nacional como no estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto a importação, exportação, transformação e comercialização de produtos alimentares.

Artigo 4.º

A sociedade poderá, mediante deliberação da administração, participar em agrupamentos complementares de empresas, criar empresas ou participar na sua criação, mesmo que o objecto destas sociedades não coincida, no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo, podendo ainda associar-se, pela forma que entender mais conveniente, a quaisquer entidades, singulares ou colectivas, colaborar com elas, através da sua direcção ou fiscalização e nelas tomar interesse sobre qualquer forma.

Artigo 5.º

1 — O capital social é de 100 000 euros e está integralmente subscrito e realizado.

2 — O capital social está realizado em dinheiro em 20 000 euros e em espécie em 80 000 euros, como consta de um documento complementar, e corresponde à soma de 100 000 acções de 1 euro cada uma.

3 — O capital social poderá ser aumentado, por uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral, com votos favoráveis de dois terços do capital social.

Artigo 6.º

1 — As acções de 1 euro cada uma e representadas em títulos de 1, 50, 100 e 500 acções.

2 — Os títulos representativos do capital da sociedade serão nominativos ou ao portador, registados ou não e reciprocamente convertíveis.

3 — Os títulos representativos das acções serão assinados pela administração.

4 — A transmissão de acções entre accionistas é livre.

5 — Na transmissão de acções para terceiros, tem a sociedade direito de preferência.

6 — Na transmissão de acções para terceiros, têm os accionistas em comum, direito de preferência, se a sociedade não exercer esse direito.

Artigo 7.º

Nos aumentos de capital a realizar têm os accionistas direitos de preferência na subscrição das novas acções, na proporção das que ao tempo possuírem.

Artigo 8.º

A sociedade poderá emitir, por deliberação da assembleia geral, obrigações ou outros títulos de dívida, que poderão ser colocados no mercado nacional ou estrangeiro, com observância da legislação aplicável.

CAPÍTULO III

Assembleia geral

Artigo 9.º

A assembleia geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

Artigo 10.º

1 — Só podem fazer parte da assembleia geral os accionistas que tiveram averbadas em seu nome, no livro dos registos da sociedade ou depositadas numa instituição de crédito, até 15 dias antes da data marcada para a reunião, pelo menos 100 acções.

2 — Para efeitos do número anterior as acções deverão manter-se registadas em nome do accionista ou depositadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da assembleia geral.

3 — A cada grupo de 100 acções corresponde um voto.

4 — Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral, delegando os poderes por meio de carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

5 — Para poderem exercer o direito de voto, os accionistas titulares de menos de 100 acções deverão agrupar-se por forma a constituir o número mínimo exigido e têm que se fazer representar por um só deles, em assembleia geral, comunicando o facto com pelo menos três dias de antecedência. Só o representante poderá participar na reunião da assembleia geral.

6 — Os membros da administração que não sejam accionistas poderão participar nas reuniões da assembleia geral, sem direito a voto.

Artigo 11.º

1 — A assembleia geral reúne ordinariamente até 31 de Março de cada ano e extraordinariamente, sempre que a administração e a fiscalização o entendam necessário ou a sua convocação tenha sido requerida por accionistas que representem, pelo menos, 20 % do capital social e terá por objecto o que constar do respectivo anúncio da convocatória.

2 — Sem prejuízo do disposto neste e no artigo anterior, poderão os accionistas tomar deliberações unânimes por escrito e, bem assim, reunir-se em assembleia geral sem observância de formalidades prévias desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

Artigo 12.º

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e um secretário, eleitos de entre os accionistas ou outras pessoas, por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 13.º

1 — A assembleia geral considera-se regularmente constituída e poderá validamente funcionar, em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados accionistas titulares de mais de

50% do capital social e em segunda convocação qualquer que seja o número de accionistas e o capital representado, sem prejuízo das disposições legais imperativas em contrário.

2 — A convocação da assembleia geral será feita pelo presidente da mesa ou por quem tenha competência legal para o fazer, no prazo, nas condições e pelos meios estabelecidos na lei e nos estatutos.

3 — No caso da assembleia geral, regularmente convocada, não poder funcionar por insuficiente representação do capital social, será convocada imediatamente, nova reunião, dentro do prazo legal, podendo a data da segunda reunião ser fixada, desde logo na primeira convocatória.

Artigo 14.º

Compete à assembleia geral:

a) Apreciar o relatório da administração, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer da fiscalização e decidir sobre a aplicação dos resultados do exercício;

b) Eleger a respectiva mesa e o presidente da mesma, eleger os membros e designar o presidente do conselho de administração, quando o houver e eleger os membros da fiscalização;

c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos, salvo o disposto no artigo 6.º, n.º 2, destes estatutos;

d) Deliberar sobre as remunerações dos órgãos sociais sob proposta da administração;

e) Discutir e decidir sobre outro assunto para que tenha sido legalmente convocada;

f) Deliberar sobre o aumento do capital social.

Artigo 15.º

1 — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos emitidos, salvo os casos especiais previstos na lei e nos presentes estatutos.

2 — A assembleia geral fixará o processo de realização das votações e do respectivo apuramento.

Artigo 16.º

As assembleias gerais realizar-se-ão na sede social ou no local designado nos anúncios convocatórios, desde que seja dentro da comarca judicial onde se encontra a sede e as instalações desta não permitam a reunião em condições satisfatórias.

CAPÍTULO IV

Administração

Artigo 17.º

1 — A sociedade é administrada por um administrador único ou por um conselho de administração, composta por um número ímpar de membros, accionistas ou não, sempre pessoas singulares, com dispensa de caução, eleito por um período de quatro anos e reelegíveis, uma ou mais vezes, devendo ser um no caso de administrador único no mínimo e cinco no máximo, no caso de ser um conselho de administração.

1 — A assembleia geral fixará o número de administradores dentro dos limites estabelecidos e procederá à sua eleição, designando de entre eles, o membro que ocupará a presidência da administração.

3 — A assembleia geral poderá ainda eleger um administrador suplente.

Artigo 18.º

2 — O presidente do conselho de administração ou o administrador designará quem o substituirá nas suas faltas ou impedimentos.

Artigo 19.º

1 — A administração, quando constituída por três elementos, reunir-se sempre que for convocada pelo presidente ou por dois administradores.

2 — A administração, quando constituída por mais de um elemento, poderá fixar a periodicidade das suas reuniões ordinárias.

Artigo 20.º

1 — Compete nomeadamente à administração, sem prejuízo das demais atribuições que lhe conferem a lei e estes estatutos:

a) Gerir todos os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativas ao objecto social;

b) Dar execução às deliberações da assembleia geral e assegurar o cumprimento na esfera social dos preceitos legais e estatutários;

c) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, contrair obrigações, propor e seguir acções, confessar, desistir ou transigir em processos, comprometer-se em arbitragens, assinar termos de responsabilidade, em geral, praticar todos os actos de representação da sociedade;

d) Elaborar o relatório anual da actividade, o balanço e as contas e submetê-los à apreciação da assembleia geral;

e) Dar de arrendamento, adquirir, alienar ou por qualquer forma onerar ou permutar quaisquer bens ou direitos móveis ou imóveis, incluindo acções, quotas, quinhões e obrigações;

f) Trespassar e tomar de trespasses estabelecimentos;

g) Deliberar que a sociedade se associe com outras pessoas nos termos do artigo 4.º destes estatutos;

h) Designar quaisquer pessoas para execução de cargos sociais noutras empresas; e assegurar a obtenção dos meios de financiamento necessários para o desenvolvimento das actividades da sociedade, contraindo empréstimos bancários e outras operações de financiamento, emitindo obrigações ou negociando outras operações de crédito que não estejam vedadas por lei ou pelos presentes estatutos;

i) Resolver todos os assuntos de gestão que não sejam da exclusiva competência de outros órgãos sociais.

Artigo 21.º

A administração poderá ainda constituir mandatários ou procuradores da sociedade, designadamente para a prática de determinados actos ou categoria de actos, fixando com toda a precisão os poderes que lhe são conferidos e a duração do respectivo mandato.

Artigo 22.º

1 — A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura do administrador quando único;

b) Pela assinatura conjunta de dois administradores, quando houver conselho de administração;

c) Pela assinatura do ou dos administradores-delegados, no âmbito da delegação de competência;

d) Pelas assinaturas dos mandatários constituídos no âmbito e nos os do correspondente mandato.

2 — Em actos determinados, a sociedade pode ser obrigada pela assinatura de um só administrador, ou de um procurador, desde que conferidos os necessários poderes pela administração.

3 — Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um administrador ou procurador para tal autorizado.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Artigo 23.º

1 — A fiscalização de todos os negócios da sociedade incumbe a um fiscal único, que deve ser revisor oficial de contas, eleito por quatro anos pela assembleia geral, podendo ser reeleito.

2 — A assembleia geral elegerá o fiscal suplente que será revisor oficial de contas ou sociedade de revisores de oficiais de contas.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Artigo 24.º

1 — Das reuniões dos órgãos sociais serão lavradas actas devidamente assinadas por todos os membros presentes, das quais constatarão as deliberações tomadas e as declarações de voto discordantes.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior, as actas de assembleia geral, que serão assinadas pelo presidente da mesa e pelo secretário, podendo contudo a assembleia deliberar que a acta seja submetida à sua aprovação antes de assinada.

Artigo 25.º

1 — Os membros eleitos designados para cargos sociais continuarão em exercício das suas funções até serem designados aqueles que devam substituí-los.

Programa informático;
 Net Pac P/W IN 3.XX/W IN 95;
 2 Run Time Cobol 85/1 users;
 A reserve *netware work group*;
 Price checking;
 Notes desk CLT 4,5 SING LIC PK;
 EDI;
 Gestão integrada DB SO FT Store;
 2 Microsoft Office 2000;
 2440 actualização de sistemas cont./sal/ter. e sócios.

Equipamento de transporte:

Opel Van 32-67-GA — mercadorias;
 Mitsubishi pesado de mercadorias QI-62-18;
 Tacógrafo — viatura 33-32-GA;
 Tacógrafo — viatura 33-33-GA;
 Empilhador manual;
 Empilhador manual;
 Porta paletes;
 Empilhador (Steiken) eléctrico;
 Empilhador eléctrico Komatsu;
 2 porta paletes marca Mic Mod CBY 540 × 1150;
 Opel mercadorias LQ-64-95;
 Citroen mercadorias AX-60-06;
 Opel mercadorias UA-79-73;
 Opel mercadorias 48-71-CZ;
 Renault trafic SL-82-05 de mercadorias;
 Opel van 32-33-GA — mercadorias;
 Opel van 33-33-GA — mercadorias.

Ferramentas e utensílios:

Carro metálico;
 Máquina de lavar;
 Ferramentas diversas;
 Cestas em rede + tampas em aço;
 Ferramentas diversas;
 Cestas em rede;
 100 paletes mod. univ. — Domplex ITC;
 Máquina de lavar — alta pr. prof. 150 bar.

**Avaliação dos bens a incorporar no capital da DICAMAR
 Importação e Exportação de Produtos Alimentares, S. A.**

ANEXO III

Descrição	Valor líquido
Câmara de frio	750 000\$00
Câmara de frio	21 000\$00
Câmara de frio — equipamento	110 000\$00
Câmara de frio — equipamento	82 000\$00
Arca frigorífica	10 000\$00
Câmara de frio — equipamento	132 000\$00
Câmara de frio — equipamento	56 000\$00
Câmara de frio — equipamento	59 000\$00
Câmara de frio	2 850 000\$00
Câmara de frio — equipamento	75 000\$00
Câmara de frio — equipamento	80 000\$00
Câmara de frio — equipamento	344 000\$00
Câmara de frio — equipamento	184 000\$00
Câmara frigorífica — 70 t	1 920 000\$00
Túnel de congelação	1 730 000\$00
Armário Cryofood 2000 — adicional	500 000\$00
Div. const. alumínio acetinado	176 000\$00
<i>Instalações de congelação e conservação</i>	9 268 000\$00
Divisórias de alumínio referência Design 78	333 000\$00
Telefones equipamento de contagem	32 000\$00
Telefones	11 000\$00
<i>Instalações diversas</i>	376 000\$00
Balanças electrónicas	50 000\$00
Relógio de descongelação	5 000\$00
Aparelho de medição de temperatura	30 000\$00
Balança MOD SM 25	90 000\$00
Aparelho de ar condicionado	65 000\$00

Descrição	Valor líquido
Balanças mecánicas	10 000\$00
Balança báscula — 1000 kg	86 000\$00
Balança MOD DS 650	64 000\$00
Compressor de 50 kg	5 000\$00
Compressor <i>Gelpha</i> 4 e 5	50 000\$00
Bancadas metálicas	36 000\$00
Máquinas diversas	276 000\$00
Máquina de etiquetar	44 000\$00
Máquina de serrar	7 000\$00
Máquina de vácuo	292 000\$00
Máquina de filme	21 000\$00
Máquina de fechar	7 000\$00
Máquina de cortar	3 000\$00
Purificadores	15 000\$00
Máquina de cozer	395 000\$00
Máquinas diversas	19 000\$00
Máquina audion <i>Seal Boy</i> — 23,5 AG n.º 6604 ...	16 000\$00
Máquina audion <i>Magneta</i> 421 n.º 281	35 000\$00
Tanque para cozer camarão	46 000\$00
Máquina misturadora	250 000\$00
Tanque em aço inox	50 000\$00
Carros em inox	25 000\$00
Máquina audion <i>Seal Boy</i> — 23,5 AG n.º 6844 ...	25 000\$00
Máquina audion <i>Seal Boy</i> — 23,5 AG n.º 6845 ...	25 000\$00
Máquina audion <i>Seal Boy</i> — 23,5 AG n.º 6846 ...	25 000\$00
<i>Equipamento básico</i>	2 067 000\$00

ANEXO IV

Descrição	Valor líquido
Computadores	55 000\$00
Computadores	10 000\$00
Impressora	5 000\$00
Computadores	15 000\$00
Computadores	20 000\$00
Computadores	25 000\$00
Computadores	10 000\$00
Computadores	20 000\$00
Computadores	5 000\$00
Computadores	20 000\$00
Unidade de alimentação SWT 500/20-SN 1916 ...	15 000\$00
<i>Pentium</i> 100 MHS HD 850 MB, 8 MB RAM	20 000\$00
P/133-1,31 — 16 MB SVGA PC1 2 MB + TAPC	
Backup	43 000\$00
Impressora <i>Epson</i> mod FX 870	10 000\$00
<i>Upgrade</i> de computadores + modems + rede	183 560\$00
Monitor <i>Philips</i> + modem	40 000\$00
Programa informático	10 000\$00
Programa informático	15 000\$00
Programa informático	10 000\$00
Programa informático	10 000\$00
Programa informático	20 000\$00
Sistema — ordes prod. rede — aplicações de <i>software</i> .	10 000\$00
Relógio de ponto — fábrica	30 000\$00
Programa informático	42 000\$00
Net Pac P/W IN 3.XX/W IN 95	5 000\$00
2 Run Time Cobol 85/1 users	6 000\$00
A reserve <i>netware work group</i>	15 000\$00
Price checking	10 000\$00
Notes desk CLT 4,5 SING LIC PK	5 000\$00
EDI	65 000\$00
Gestão integrada DB SO FT Store	255 000\$00
2 Microsoft Office 2000	46 000\$00
2440 actualização de sistemas cont./sal/ter. e sócios	32 000\$00
<i>Equipamento administrativo</i>	1 082 560\$00
Opel Van 32-67-GA — mercadorias	250 000\$00
Mitsubishi pesado de mercadorias QI-62-18	350 000\$00
Tacógrafo — viatura 33-32-GA	20 000\$00
Tacógrafo — viatura 33-33-GA	20 000\$00
Empilhador manual	10 000\$00
Empilhador manual	10 000\$00
Porta-paletes	10 000\$00

Descrição	Valor líquido
Empilhador (<i>Steiken</i>) eléctrico	140 000\$00
Empilhador eléctrico <i>Komatsu</i>	995 000\$00
2 porta paletes marca <i>Mic Mod CBY 540</i> × 1150	65 000\$00
<i>Opel</i> mercadorias LQ-64-95	100 000\$00
<i>Citroen</i> mercadorias AX-60-06	50 000\$00
<i>Opel</i> mercadorias UA-79-73	50 000\$00
<i>Opel</i> mercadorias 48-71-CZ	100 000\$00
<i>Renault trafic</i> SL-82-05 de mercadorias	150 000\$00
<i>Opel van</i> 32-33-GA — mercadorias	300 000\$00
<i>Opel van</i> 33-33-GA — mercadorias	300 000\$00
<i>Equipamento de transporte</i>	2 920 000\$00
Carro metálico	5 000\$00
Máquina de lavar	5 000\$00
Ferramentas diversas	2 500\$00
Cestas em rede + tampas em aço	5 000\$00
Ferramentas diversas	30 000\$00
Cestas em rede	2 500\$00
100 paletes mod. univ. — <i>Domplex ITC</i>	260 000\$00
Máquina de lavar — alta pr. prof. 150 bar	15 000\$00
<i>Ferramentas e utensílios</i>	325 000\$00
<i>Total</i>	16 038 560\$00

Está conforme o original.

16 de Agosto de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Ivone Maria Vieira Xavier Botelho Antunes*.

3000227781

DIOGO, DIOGO & CHAMBERLAND, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-DB/2007

Sede: Quinta «Os Amigos», sector 4.1.2/6, Vilamoura, Quarteira

Conservatória do Registo Comercial de Loulé. Matrícula n.º 3668/960829; identificação de pessoa colectiva n.º 503709069; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 24/990526.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício dos anos de 1998 e 1999.

6 de Outubro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Conceição Correia Machinho Marques Martins*.

3000227952

DISTRIOPTICA — SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO ÓPTICA, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-DC/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8373; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 12/971015.

Certifico que, tendo sido alterado o contrato da sociedade em epígrafe, os artigos 3.º e 4.º passaram a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social é de 5 100 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e nos valores do activo, constantes da escrita e corresponde à soma de quatro quotas de 1 275 000\$ cada uma, de cada um dos sócios, Aurélio António Felizardo de Almeida, Isabel Maria Pereira Alves de Almeida, Anabela Felizardo de Almeida e João Carlos Santos Tristão.

4.º

A gerência, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos sócios Isabel Maria Pereira Alves de Almeida e Anabela Felizardo de Almeida.

§ único. A sociedade fica obrigada com as assinaturas de dois gerentes, salvo em actos de mero expediente, em que é suficiente uma só assinatura.

O texto, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

10 de Julho de 1998. — A Adjunta do Conservador, *Maria Isabel de Oliveira Rebelo*.

3000128423

DIVIPLACO — TECTOS FALSOS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-DD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 2378; número e data da apresentação: PC. 59/010727.

Certifico que foi efectuado o registo de prestação de contas do ano de 2000, com depósito na pasta dos respectivos documentos.

1 de Dezembro de 2001. — O Segundo-Ajudante, *Rui Luís Henriques*.

3000227340

DÓ-RÉ-MI — MARKETING E PRODUÇÃO DE EVENTOS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-DE/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1825/010730; identificação de pessoa colectiva n.º 505559714 (P); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/010730.

Certifico que em 12 de Julho de 2001, entre Sílvia Patrícia Garcês Batista, solteira, e António João da Costa Pedrosa, divorciado, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo contrato constante dos seguintes artigos:

Artigo 1.º

1 — A sociedade adopta a firma de Dó-Ré-Mi — Marketing e Produção de Eventos, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Castelo Melhor, Edifício Milenium, bloco A, rés-do-chão, esquerdo, na vila e freguesia do Carregado, concelho de Alenquer.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste em *marketing*, serviços ligados ao espectáculo, produção de eventos.

Artigo 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das duas quotas dos sócios do seguinte modo: Sílvia Patrícia Garcês Batista uma quota de 4500 euros; e António João da Costa Pedrosa uma quota de 500 euros.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete à sócia Sílvia Patrícia Garcês Batista que, desde já, fica nomeada gerente.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a intervenção de um gerente.

Artigo 5.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos